



SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

ESTUDO DO [VETO Nº 43/2016](#)

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 25 de 2016

(Medida Provisória nº 732/2016) [[CD](#) - [SF](#)]

Quantidade de dispositivos vetados: 6

Norma jurídica gerada: [Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016.](#)

Veto aposto “por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público”.

Relator do projeto vetado: Sen. Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

Relator Revisor: Dep. Esperidião Amin (PP/SC)

Ementa da Medida Provisória:

“Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987”.

Explicação do veto:

Os dispositivos vetados dizem respeito: ao percentual de atualização da planta de valores dos imóveis residenciais; à atualização cadastral dos terrenos particulares, localizados nas ilhas costeiras, adquiridos antes de 5 de setembro de 1946 para a devida distinção dos bens da União; ao prazo para estruturas náuticas em águas públicas de domínio da União, não autorizadas, regularizarem sua situação; à garantia prévia ao direito de manifestação nos processos administrativos em trâmite na SPU; à permissão para Municípios específicos realizarem atos de gestão em terrenos inscritos na SPU; e, por fim, à desocupação e cancelamento de inscrição de ocupação em casos de danos ambientais nas áreas inscritas, mediante processo judicial transitado em julgado.

[i1] Comentário:
.....
Art. 1º No exercício de 2016, o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, fica limitado a 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento) sobre o valor do trecho correspondente para o exercício de 2015, ressalvada a correção de inconsistências cadastrais.
.....

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
1.	<p>- § 3º do art. 1º</p> <p>§ 3º Para os imóveis destinados a uso residencial, em áreas urbanas e rurais, o percentual da atualização da planta de valores adotada pela SPU será limitado pelo índice inflacionário do período, medido pelo Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas – IGPM/FGV.</p>	Limitação do percentual da atualização da planta de valores adotada pela SPU ao IGPM/FGV para imóveis residenciais.	<p>Origem: Emenda nº 3 (Dep. João Paulo Papa - PSDB/SP)</p> <p>Justificativa: A inclusão do dispositivo destina-se a devolver ao contribuinte que faz uso de terreno da União para fins residenciais a previsibilidade para o cumprimento de seus deveres. Também tem por objetivo atender ao princípio da razoabilidade. O último ajuste das diferenças entre a planta de valores adotada pela SPU para o cálculo do valor do domínio pleno dos terrenos da União e as plantas de valores genéricas elaboradas pelo Município e pelo Distrito Federal ou a Planilha Referencial de Preços de Terras do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária chegou a quintuplicar o valor dos impostos devidos.</p>	<p>“O dispositivo impossibilita à União atualizar o valor do bem de forma tecnicamente adequada e justa. Além disso, representa violação ao princípio constitucional da isonomia, ao tratar de forma desigual imóveis residenciais e comerciais, bem como imóveis com valores já atualizados de outros que ainda não sofreram reavaliação”.</p> <p><i>Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União.</i></p>

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
2.	<p>- art. 2º</p> <p>Art. 2º Os proprietários dos terrenos denominados de nacional interior que sejam de domínio dos Estados e de terceiros, localizados nas ilhas costeiras, conforme prevê o inciso II do art. 26 da Constituição Federal, que possuam o título aquisitivo registrado em Cartório de Registro de Imóveis, com cadeia sucessória anterior a 5 de setembro de 1946, deverão comparecer às superintendências estaduais da Secretaria do Patrimônio da União - SPU e apresentar a documentação de titularidade acompanhada da planta de localização e coordenadas geográficas, e, estando esta documentação completa, a Secretaria do Patrimônio da União realizará a separação dos terrenos de marinha, com a consequente atualização cadastral.</p>	<p>Determinação de que os proprietários de terrenos particulares, adquiridos antes de 5/9/46, localizados nas ilhas costeiras, apresentem a documentação na SPU para a separação dos terrenos de marinha e atualização cadastral.</p>	<p>Origem: Emenda nº 1 (Dep. José Carlos Aleluia - DEM/BA).</p> <p>Justificativa: "(...) tem como objetivo fazer valer o dispositivo constitucional que exclui dos bens da União aqueles terrenos/imóveis de particulares, localizados em ilhas costeiras, que tenham título aquisitivo anterior à Lei que dispõe sobre bens da União. (...)”</p>	<p>O dispositivo atribui à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) responsabilidades afetas a outros entes federativos, diversas à sua missão. Ademais, configura situação de impertinência temática ao objeto inicial da Medida Provisória, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI STF 5.127/DF).</p> <p><i>Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União.</i></p>
3.	<p>- art. 3º</p> <p>Art. 3º As estruturas náuticas em águas públicas de domínio da União não autorizadas pela SPU terão o prazo de até 31 de dezembro de 2018 para solicitação de sua regularização.</p>	<p>Prazo para estruturas náuticas solicitarem regularização.</p>	<p>Origem: Complementação de Voto apresentada em 30/08/2016</p> <p><i>Sem justificativa</i></p>	<p>A proposta configura situação de impertinência temática ao objeto inicial da Medida Provisória, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI STF 5.127/DF). Trata de matéria atualmente regulamentada por portaria da SPU, cuja fixação por lei representaria dificuldades futuras de atualização da medida, com prejuízos aos cidadãos e sem agregar segurança jurídica ao processo, além de dificultar a fiscalização do bem público pela União.</p> <p><i>Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União.</i></p>

[i2] Comentário:

.....

Art. 6º Considera-se infração administrativa contra o patrimônio da União toda ação ou omissão que viole o adequado uso, gozo, disposição, proteção, manutenção e conservação dos imóveis da União.

.....

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
4.	<p>- art. 4º</p> <p>Art. 4º Nos processos administrativos em trâmite na SPU, na hipótese de invalidação de atos e contratos, será previamente garantida a manifestação dos interessados, inclusive sobre produção de provas e juntada de documentos.</p>	Garantia de manifestação, nos processos administrativos em trâmite na SPU, nos casos de invalidação de atos e contratos.	<p>Origem: Complementação de Voto apresentada em 30/08/2016</p> <p><i>Sem justificativa</i></p>	<p>O dispositivo tenciona legislar acerca de matéria objeto de regulação por legislação específica no ordenamento jurídico pátrio, no âmbito do Direito Administrativo, não se justificando a redundância normativa pretendida. Além disso, configura, também, situação de impertinência temática ao objeto inicial da Medida Provisória, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI STF 5.127/DF).</p> <p><i>Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União.</i></p>
5.	<p>- § 14 do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação dada pelo art. 5º do projeto</p> <p>§ 14. Nos Municípios onde haja lei de parcelamento, uso e ocupação do solo em vigor, independem de autorização da Secretaria do Patrimônio da União o uso e a realização de aterros, construções, obras, cercas e outras benfeitorias, desmatamento ou instalação de equipamentos, em terrenos regularmente inscritos na SPU, cabendo aos Planos e Leis Municipais regular a sua ocupação e utilização.</p>	Permissão, em municípios com lei de ocupação dos solos, para uso e benfeitorias em terrenos inscritos, independente de autorização da SPU.	Idem.	<p>A proposta caracteriza situação de impertinência temática ao objeto inicial da Medida Provisória, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento da ADI no 5.127/DF. No mérito, configura incongruência, ao atribuir aos municípios responsabilidade pela gestão do uso e ocupação de imóveis da União, competência estabelecida em lei para a SPU, podendo gerar risco de conflito entre União e município na política federal de destinação de seus bens. Por fim, não se mostra possível cercear a auto-executoriedade de ato administrativo, sem que haja previsão expressa na Constituição, sob pena de se violar a independência entre os poderes.</p> <p><i>Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União.</i></p>

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
6.	<p><u>- § 15 do art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a redação dada pelo art. 5º do projeto</u></p> <p>§ 15. A desocupação do imóvel com consequente cancelamento de inscrição de ocupação poderá ser efetivada nos casos de dano ambiental na utilização da área inscrita, desde que comprovado em processo judicial transitado em julgado.</p>	Desocupação e cancelamento de inscrição nos casos de dano ambiental comprovado e processo judicial transitado em julgado.	<p>Origem: Complementação de Voto apresentada em 30/08/2016</p> <p>Emenda do relator.</p> <p><i>Sem justificativa</i></p>	<p>A proposta caracteriza situação de impertinência temática ao objeto inicial da Medida Provisória, vedada segundo decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em julgamento da ADI no 5.127/DF. No mérito, configura incongruência, ao atribuir aos municípios responsabilidade pela gestão do uso e ocupação de imóveis da União, competência estabelecida em lei para a SPU, podendo gerar risco de conflito entre União e município na política federal de destinação de seus bens. Por fim, não se mostra possível cercear a auto-executoriedade de ato administrativo, sem que haja previsão expressa na Constituição, sob pena de se violar a independência entre os poderes.</p> <p><i>Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Advocacia-Geral da União.</i></p>